

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 954.192 - RS (2016/0189588-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**AGRAVANTE** : LUCIANE REDEMSKE  
**ADVOGADO** : DANIELA REDEMSKE - RS067467  
**AGRAVADO** : ASSOCIACAO PRO ENSINO SUPERIOR EM NOVO HAMBURGO  
**ADVOGADO** : CLAUDIA PERRONE E OUTRO(S) - RS071559

**DECISÃO**

Trata-se de agravo nos próprios autos (CPC/2015, art. 1.042) interposto por LUCIANE REDEMSKE contra decisão que inadmitiu o recurso especial por incidência das Súmulas n. 7 do STJ e 283 do STF (e-STJ fls. 157/163).

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fl. 110):

APELAÇÃO CÍVEL. ENSINO PARTICULAR. EMBARGOS DE DEVEDOR. REJEIÇÃO LIMINAR POR INTEMPESTIVIDADE. ALEGAÇÃO DE IMPOSSIBILIDADE DE ACESSO AOS AUTOS NO CURSO DE PRAZO PARA OPOSIÇÃO DE EMBARGOS. MATÉRIA NÃO SUSCITADA NA PRIMEIRA OPORTUNIDADE. PRECLUSÃO RECONHECIDA. SENTENÇA MANTIDA.

1) Trata-se de recurso de apelação interposto pela parte embargante contra a decisão de rejeição liminar dos embargos de devedor por intempestividade.

2) Caso em que a parte embargante não suscitou a impossibilidade de ter acesso aos autos da execução, no prazo para oposição de embargos, na primeira oportunidade em que lhe coube falar nos autos. Preclusão reconhecida. Exegese do art. 245 do CPC.

3) Ademais, sequer se evidencia efetivo prejuízo à parte embargante em decorrência da impossibilidade momentânea de acessar o feito, uma vez que a inicial dos embargos foi instruída com cópias do feito executivo, não havendo que se falar em óbice ao exercício da ampla defesa e contraditório.

4) Sentença extintiva mantida.

APELAÇÃO DESPROVIDA.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fls. 127/134).

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 138/152), fundamentado no art. 105, III, "a" e "c", da CF, a parte recorrente alegou ofensa ao art. 535 do CPC/1973 por ter deixado de se manifestar sobre os arts. 183, § 1º, do CPC/1973 e 4º, § 2º, da Lei n. 11.419/2006, além do fato de os embargos do devedor terem sido protocolados dentro do prazo informado no site do Tribunal.

Asseverou que violados os arts. 183, § 1º, do CPC/1973 e 4º, § 2º, da Lei n. 11.419/2006, uma vez que reconhecida a justa causa para requerimento da devolução do prazo, comprovada a inacessibilidade aos autos por duas ocasiões para confirmação da juntada do mandado citatório, sendo os embargos do devedor interpostos dentro do prazo informado no site do Tribunal. Indicou dissídio.

No agravo (e-STJ fls. 166/175), afirma a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

Houve contraminuta (e-STJ fls. 173/182).

É o relatório.

Decido.

Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material, conforme dispõe o art. 535, I e II, do CPC/1973.

Inexiste afronta ao art. 535 do CPC/1973 quando o acórdão recorrido pronuncia-se, de forma clara e suficiente, acerca das questões suscitadas nos autos, manifestando-se sobre todos os argumentos que, em tese, poderiam infirmar a conclusão adotada pelo juízo.

Desse modo, não assiste razão à parte recorrente, visto que o Tribunal *a quo* decidiu a matéria controvertida nos autos, ainda que contrariamente aos seus interesses, não incorrendo em nenhum dos vícios previstos no art. 535, II, do CPC/1973.

Sobre a devolução do prazo, os julgadores assim destacaram (e-STJ fl. 114):

Efetivamente a informação processual disponibilizada no endereço eletrônico desta Corte, por si só, não autoriza o reconhecimento da tempestividade dos embargos opostos, por deter natureza meramente informativa, e, portanto, não se reveste de caráter oficial.

De outro norte, pertinente consignar que a parte embargante, embora tenha logrado demonstrar que restou impossibilitada de ter acesso aos autos em duas oportunidades, justamente no curso do prazo para oposição de embargos, deixou de postular a reabertura de prazo ao juízo da execução, silenciando, em absoluto, sobre a questão na exordial.

Veja-se que a parte embargante limitou-se a acostar certidões cartorárias às fls. 78/79, sem tecer uma única linha sobre a necessidade de reabertura de prazo, sob a alegação de não ter tido acesso aos autos.

Na esteira do que dispõe o art. 245 do CPC, cabia à embargante alegar a nulidade objeto da presente irresignação na primeira oportunidade em que lhe coubesse falar nos autos, sob pena de preclusão.

Contudo, optou a embargante em suscitar a matéria somente quando da rejeição dos embargos opostos, impondo-se reconhecer a caracterização da preclusão.

Referido fundamento, contudo, não foi impugnado. Assim, remanescendo não combatido fundamento suficiente à manutenção das conclusões do acórdão recorrido, incide o óbice da Súmula n. 283 do STF, entendimento cabível para as alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Diante do exposto, NEGO PROVIMENTO ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 20% (vinte por cento) o valor atualizado dos honorários advocatícios arbitrados na origem em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Publique-se e intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator